



Cooperativas agrícolas do Rio de Janeiro registram aumento de 70% no faturamento

Muita gente associa o Rio de Janeiro ao turismo, mas, em 2022, um dos principais destaques do Anuário Fluminense do Cooperativismo foram as cooperativas agrícolas, que registraram um crescimento de 70% em seu faturamento. Somente no ano passado, o valor movimentado pelas cooperativas desse segmento chegou a R 661,7 milhões. Desse total, R 19,6 milhões se reverteram em sobras (lucros) do exercício, distribuídos a seus cooperados. Um dos principais exemplos desse segmento é a Cooperativa Agroindustrial do Estado do Rio de Janeiro (Coagro), localizada em Campos dos Goytacazes. A cooperativa, que se projetou como única unidade produtora de açúcar cristal no estado e a maior produtora de etanol para fins carburantes no mercado do Rio de Janeiro, prevê moagem de 650 mil toneladas de cana-de-açúcar para a safra de 2023/2024, com vistas a uma receita bruta de até R 250 milhões neste ano. Tal volume de produção resultará em 30 milhões de litros de etanol e 580 mil sacas de açúcar. Por isso, as perspectivas são de ampliação das atividades, com a

ativação do pleno funcionamento da Usina Paraíso, localizada em Tocos, distrito de Campos dos Goytacazes. Tal empreendimento é fruto de investimentos da ordem de R 43 milhões. Com duas unidades em funcionamento, a cooperativa gera em torno de 3.000 a 3.500 empregos diretos e indiretos, turbinando a economia do Norte Fluminense. As atividades da Coagro têm dado um novo fôlego à indústria sucroenergética em Campos dos Goytacazes e no estado do Rio de Janeiro com a retomada desse importante segmento de negócio, que havia entrado em declínio no fim dos anos de 1990. O auge da produção sucroenergética foi na década de 1980, com a cidade do Norte Fluminense chegando a ter 27 plantas industriais. No decorrer dos anos, as indústrias passaram a sair da cidade, as que ficaram sucumbiram, chegando à falência, e os produtores começaram a focar em outras culturas. Presidente da cooperativa, Frederico Paes anuncia a ampliação da presença do açúcar "Coagro" no estado. Atualmente, a marca atende a Zona da Mata - região mineira -, Sul Capixaba, Região dos Lagos e Norte Fluminense. E, ao longo de 2023, deve se expandir para o mercado da capital e da Baixada Fluminense. "O modelo cooperativista é que nos possibilitou reerguimento do setor na região. O setor vinha num processo de decadência profunda e, por meio do cooperativismo nós descobrimos, há 20 anos, que o plantio de cana poderia ser viabilizado em termos financeiros, quando pudemos processar nossa própria matéria prima e produzir álcool e açúcar agregando bastante valor ao nosso produto. Nossos cooperados têm bastante consciência disso. Se não fosse esse modelo cooperativo, fatalmente, o setor sucroalcooleiro do estado do Rio teria sucumbido",

explica o presidente da Coagro. Segundo Frederico Paes, a cooperativa parte para uma expansão, que é a Coagro Unidade Paraíso, uma usina que estava fechada há mais de cinco anos e que está sendo reativada para atender à região da Baixada Campista. A perspectiva é que o empreendimento gere milhares de empregos, trazendo mais renda e agregando à produção mais 300 mil toneladas de cana. "Temos ainda a expansão do mercado de açúcar, com um produto novo, açúcar extrafino, muito parecido com o refinado. E com isso conseguimos chegar às grandes redes de supermercado do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense. É o cooperativismo mostrando que é a resposta para as questões não só do campo, mas também para geração de emprego e renda", acrescenta o presidente da cooperativa. Presidente do Sistema OCB/RJ, Vinicius Mesquita destaca a importância das cooperativas agrícolas, ressaltando que houve um aumento de 16% no número de cooperados fluminenses frente a 2021, considerando todos os segmentos. "Arrisco-me a dizer que nos pratos dos moradores do estado do Rio de Janeiro há sempre um alimento produzido por uma cooperativa agropecuária, seja do arroz e feijão, aos legumes, ovos e leite. Além de enriquecerem a nossa mesa, esses alimentos e produtos garantem a renda de milhares de homens e mulheres que encontram no cooperativismo uma ótima alternativa de comercialização da produção conjunta, armazenamento e industrialização para o sustento das suas famílias", acrescentou Vinicius Mesquita. Contando com 423 cooperativas e quase 340 mil cooperados, as cooperativas do estado tiveram um crescimento no faturamento da ordem de 4%, alcançando R 11,4 bilhões, o

equivalente a 1,47% do PIB nominal do estado do Rio de Janeiro.



Banco Central prevê crescimento de 7,6% no crédito em 2023

O Banco Central (BC) prevê que o volume de crédito bancário crescerá 7,6% em 2023, contra previsão anterior de 8,3%, divulgada em dezembro do ano passado. A nova projeção continua indicando “um processo de desaceleração no ritmo de crescimento do crédito compatível com o ciclo de aperto monetário”. As informações são do Relatório de Inflação, publicação trimestral do BC, divulgado nessa quinta-feira (30/03). Segundo o documento, o recuo da projeção foi determinado pelo crédito livre, que deve apresentar expansão de 7,1%. A projeção anterior era 8,6%. O crédito livre é aquele em que os bancos têm autonomia para emprestar o dinheiro captado no mercado e definir as taxas de juros cobradas dos clientes. Já o crédito direcionado tem regras definidas pelo governo e é destinado, basicamente, aos setores habitacional, rural, de infraestrutura e ao microcrédito. Em relação às pessoas físicas (PF), o aumento esperado este ano para o estoque do crédito com recursos

livres caiu de 9% para 8%. Segundo o BC, essa revisão incorpora o avanço da inadimplência e os níveis elevados de endividamento e comprometimento de renda. A inadimplência (considerados atrasos acima de 90 dias) ficou em 6,1% em fevereiro, para pessoas físicas. O endividamento das famílias – relação entre o saldo das dívidas e a renda acumulada em 12 meses – ficou em 48,8% em janeiro. Já o comprometimento da renda – relação entre o valor médio para pagamento das dívidas e a renda média apurada no período – ficou em 27,1% em janeiro. No caso do crédito livre para empresas, a projeção foi revisada de 8% para 6%, “já considerando o ambiente de maior aversão ao risco no curto prazo em decorrência de eventos específicos relacionados a empresas de grande porte”. A desaceleração do crédito livre foi parcialmente contrabalançada pelo ritmo de crescimento mais forte do crédito direcionado. A projeção para esse segmento é de crescimento de 8,3%, contra a estimativa anterior de 8%. A projeção para pessoas físicas é 9% e jurídicas, 7%. “Os dados do mercado de crédito divulgados desde o relatório anterior vieram aquém do esperado, em especial nos segmentos com recursos livres, o que contribuiu para que o saldo do crédito encerrasse o ano de 2022 com crescimento interanual de 14%, abaixo da projeção de 15,1%. A diminuição no ritmo de crescimento do crédito em relação ao registrado em 2021, 16,4%, refletiu o impacto do ciclo de alta da Selic e o arrefecimento da atividade econômica no fim de 2022”, completou o BC. Nas contas externas, a mudança no cenário para o ano de 2023 foi limitada às transações correntes. A projeção é de déficit menor nas contas, de US\$ 49 bilhões para US\$ 32 bilhões. Segundo o BC, a revisão decorre da reavaliação para cima do saldo esperado da balança comercial, de US\$ 46 bilhões para US\$ 62 bilhões. O déficit esperado da conta de serviços foi mantido em US\$ 36

bilhões, abaixo do registrado em 2022 (US\$ 40 bilhões). “A perspectiva de redução em relação ao ano anterior reflete menores gastos de transporte resultantes da normalização paulatina nos custos dos modais aero e hidroviários e redução do volume de bens importados. Os gastos de viagens, no entanto, devem ter aumento em relação ao ano anterior, retornando a níveis próximos ao pré-pandemia”, diz o relatório. Para a conta de renda primária, espera-se aumento nos gastos líquidos com juros em 2023, em US\$ 25 bilhões, relativamente a 2022, quando foram gastos US\$ 19 bilhões. “Todavia, a redução dos estoques de títulos no exterior, reflexo dos maiores patamares das taxas básicas de juros nos países desenvolvidos, limita o déficit nessa conta”, explicou o BC. Assim, a previsão no déficit em renda primária passou de US\$ 62 bilhões para US\$ 61 bilhões. Na conta financeira foram mantidas as projeções, com destaque para a expectativa de mais um ano com entrada líquida em investimentos diretos no país (IDP) em montante superior ao déficit esperado para as transações correntes e se aproximando da média observada na década anterior à pandemia. A estimativa de IDP em 2023 ficou em US\$ 75 bilhões. Quando o país registra saldo negativo em transações correntes, precisa cobrir o déficit com investimentos ou empréstimos no exterior. A melhor forma de financiamento do saldo negativo é o IDP, porque os recursos são aplicados no setor produtivo e costumam ser investimentos de longo prazo. Fonte: Agência Brasil





Cooperativas agro terão mais de R\$ 25 milhões em crédito através do Pronaf

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou, nesta quinta-feira (30), a elevação dos limites de financiamento da linha de crédito de industrialização para Agroindústria Familiar, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). De acordo com a decisão, o limite passará de R\$ 15 milhões para R\$ 25 milhões por cooperativa, com teto por associado ativo maior, de R\$ 45 mil para R\$ 60 mil. A medida vale para contratações até 30 de junho deste ano e abrange cooperativas com, no mínimo, 75% dos participantes ativos beneficiários do Pronaf e desde que 75% da produção financiada seja oriunda da agricultura familiar. Atualmente os requisitos para acesso a esta linha são de 60% de participantes e 55% da produção com origem na agricultura familiar. O CMN é um órgão colegiado presidido pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e composto pelo presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e pela ministra do Planejamento, Simone Tebet. Fonte: Agência Brasil



Fórum retoma trabalhos da Política Nacional das Micro e Pequenas Empresas

O Sistema OCB participou nesta quarta-feira (29), da 1ª Reunião Ordinária do Fórum Permanente de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FPME) de 2023. O encontro contou com a presença do vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Geraldo Alckmin, e teve como principais objetivos apresentar as estratégias de implementação e efetivação da Política Nacional de Apoio e Desenvolvimento das MPE's, aprovar o calendário de trabalhos do ano e divulgar os coordenadores dos grupos temáticos do fórum. "Ficamos muito felizes com a retomada das atividades do fórum que tem como premissa construir política públicas de fomento aos pequenos negócios e de perceber que já existe um plano consolidado para a implementação da Política Nacional, inclusive com um painel de monitoramento. Essa política é extremamente importante e será um instrumento norteador para o aprimoramento das atividades desse segmento tão relevante para o nosso país", afirmou o coordenador de Relações Institucionais do Sistema OCB, Eduardo Queiroz, que representa a entidade no Fórum. De acordo com o cronograma aprovado, a publicação do decreto detalhando a Política Nacional deve ocorrer em junho, bem como do decreto de instituição do fórum permanente (para dar continuidade aos trabalhos) e da portaria com o regimento interno

do grupo. Também está prevista a realização de uma plenária no dia 26 de junho. O fórum reúne mais de 80 instituições voltadas ao desenvolvimento de pequenos negócios e é responsável por orientar e assessorar a formulação e coordenação da Política Nacional de Apoio e Desenvolvimento das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PNADEMPE), bem como acompanhar e avaliar a sua implantação. Essa responsabilidade foi estabelecida no Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006). O Sistema OCB vem atuando no fórum na função de Coordenação Privada do Comitê da Política Nacional de Apoio e Desenvolvimento das MPEs, com foco no desenvolvimento de diretrizes e ações que contribuam para fomentar os pequenos negócios no país. Além disso, a entidade busca o reconhecimento de ações que visem o apoio e o incentivo ao cooperativismo e a outras formas de associativismo como meios para o ganho de escala e de inclusão produtiva aos pequenos negócios. Em seus principais pontos, a proposta da Política Nacional visa melhorar a governança das ações voltadas para o desenvolvimento das MPE's, promovendo a centralidade em programas, projetos e ações direcionados para o aumento da produtividade, do emprego, da competitividade e da potencialização dos recursos nacionais pautados no estímulo do empreendedorismo.



Aprovada MP que traz maior segurança jurídica ao produtor rural na adesão ao PRA

Garantir segurança jurídica e previsibilidade para o produtor rural no processo de adesão ao Programa de Regularização Ambiental. Este é o objetivo da Medida Provisória 1.150/2022, que concede ao produtor ou proprietário rural o prazo de um ano após a notificação do órgão ambiental competente para se adequar e aderir ao Programa de Regularização Ambiental (PRA). O parecer do deputado Sergio Souza (PR), relator da matéria e integrante da Diretoria da Frencoop, foi aprovado com alterações nesta quarta-feira (29) pelo plenário da Câmara. Com a medida, os produtores de até quatro módulos fiscais que se inscreverem no Cadastro Ambiental Rural (CAR) até o final de 2025, poderão aderir ao PRA. Já os produtores com mais de quatro módulos, podem se inscrever no CAR até o fim de 2023 para aderirem ao programa. A adesão será requerida pelo produtor rural por até um ano após a convocação do órgão competente. O PRA é um dos fortes instrumentos brasileiros para a garantia da sustentabilidade da produção agropecuária. Seu principal viés é recompor a vegetação das propriedades e beneficiar os produtores nos moldes das garantias previstas no novo Código Florestal (12.651/2012). A MP 1150/2022 foi publicada em dezembro do ano passado para prorrogar o prazo de adesão ao PRA, já que alguns estados do país ainda não finalizaram o processo de análise do Cadastro Ambiental Rural (CAR), requisito anterior necessário para que produtores rurais possam regularizar suas atividades, de acordo com a legislação ambiental. Para trazer maior segurança jurídica ao tema, o Sistema OCB propôs adequação ao texto da matéria,

deixando expresso em lei que a convocação do produtor para adesão ao Programa de Regularização Ambiental somente ocorrerá após ser concluída a fase de análise e validação do Cadastro Ambiental Rural. A sugestão da entidade contou com apoio do deputado Sergio Souza, que adequou o texto da legislação em seu parecer. “A prorrogação do prazo é uma questão de justiça e lógica, não podemos punir o agricultor pela demora estatal em implementar o PRA. Não é possível aderir àquilo que não existe. Com esta medida vamos colocar fim às sucessivas prorrogações e garantir segurança jurídica a eles. A partir de agora todos terão oportunidade de inscrição no CAR e adesão ao PRA para recuperar áreas que porventura tenham déficit vegetativo, promover práticas de sustentabilidade e cumprir nossa legislação, que é uma das mais rigorosas do mundo. Desta forma seremos cada vez mais exemplo de preservação e produção”, defendeu o parlamentar. Durante a votação da matéria no Plenário, quatro emendas foram incluídas ao texto e ainda estão sendo analisadas pelo Sistema OCB. A MP passa agora para a análise do Senado Federal, que ainda pode sugerir mudanças, antes de seguir para a sanção presidencial.

CENSO 2023
DO COOPERATIVISMO FLUMINENSE

Com mais dados podemos projetar o futuro do Coop fluminense!

Saiba mais em rio.coop/censo

Sistema OCB/RJ

GESTORES
Formação Cooperativista (FCoap)

Inscrições abertas para o Módulo 1

Início das aulas em 10 de Abril

18h às 22h
Sempre de Segunda a Quinta-feira

Inscreva-se em:
rio.coop/pf/gc

A plataforma CapacitaCoop mudou para melhor!

- vitrine de cursos
- comunicação interativa
- app mobile
- central de ajuda

capacitacoop
Sistema OCB/RJ

Rio Coop+

somos coop